

APROXIMAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CENTROS FAMILIARES DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA

Daiane Netto*

Glauco Schultz**

Resumo: A relação sociedade-natureza atual é caracterizada por uma série de inadequações que, conseqüentemente, são traduzidas em impactos ambientais e diminuição da qualidade de vida. Quando nos referimos ao espaço rural, para que o modelo de desenvolvimento seja sustentável, deve ocorrer uma “evolução” do modelo de produção agrícola, em uma direção que combine elementos de várias propostas alternativas e de um “melhoramento” das práticas convencionais. A Educação do Campo, em conjunto com a Educação Ambiental, tem se mostrado como uma possível estratégia para transformar o espaço rural brasileiro, no sentido da sustentabilidade, resgatando-o como espaço de produção, mas também de relações socioculturais e com a natureza. Desta forma, o objetivo deste estudo é promover reflexões acerca da aproximação entre a Educação do Campo e a Educação Ambiental, bem como a importância deste vínculo para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Para isso realizou-se uma revisão teórica integrativa da literatura acerca do tema. Tanto a Educação Ambiental quanto a Educação do Campo propõem uma pedagogia que visa promover a educação contextualizada localmente, onde se situam os sujeitos e atores do processo educativo, o que permite buscar soluções aos problemas sociais e ambientais locais, promovendo transformações para a sustentabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural. Educação Rural. Educação Ambiental.

1 Introdução

A relação sociedade-natureza atual é caracterizada por uma série de inadequações, que conseqüentemente são traduzidas em impactos ambientais e diminuição da qualidade de vida. Estes conflitos estão presentes neste espaço socialmente construído de acordo com os interesses econômicos da sociedade, que, apropriando-se dos recursos naturais, altera sua forma e constituição (SILVA, 2006).

O impasse contemporâneo da relação sociedade-natureza “reflete a ideologia prevalecente dos grupos e instituições dominantes na sociedade. Em parte, ela é moldada pela

* UFRGS, Química Industrial (IQ/UFRGS), especialista em Gestão Ambiental, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e graduanda de Licenciatura em Química (IQ/UFRGS).

** UFRGS, Engenheiro Agrícola, Mestre e Doutor em Agronegócios (CEPAN/UFRGS). Professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFRS) e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS e Agronegócios (CEPAN/UFRGS)).



dinâmica das forças do mercado que podem, facilmente, produzir os resultados que ninguém em particular deseja” (HARVEY, 1980, p. 268). Além disso, a sociedade pós-moderna, baseada no consumo, aumentou ainda mais a utilização dos recursos naturais e sua degradação. Desta forma, há a necessidade de elaborar estratégias de desenvolvimento alternativas que promovam a inclusão social, garantam todas as formas de vida, com qualidade e busque restabelecer o equilíbrio ambiental (SILVA, 2006).

Na natureza, a estabilidade e o equilíbrio estão vinculados à diversidade, desta forma, quando nos referimos ao espaço rural, é importante destacar que o contexto histórico do Brasil contribuiu para a produção de monoculturas e utilização de agrotóxicos, através do “pacote tecnológico” e a Revolução Verde (ASSIS, 2006). Assim, para que o desenvolvimento seja sustentável, deve ocorrer uma “evolução” deste modelo de produção agrícola, em uma direção que combine elementos de várias propostas alternativas e de um “melhoramento” das práticas convencionais (ALMEIDA, 1997).

Conforme Freire (1999), a educação é a esperança pedagógica para a transformação social. Neste sentido, ela converte-se em um processo estratégico, com o propósito de formar valores, habilidades e capacidades para orientar uma espécie de transição para a sustentabilidade (LEFF, 2004). A Educação do Campo, em conjunto com a Educação Ambiental, tem se mostrado como estratégia para transformar o espaço rural brasileiro, resgatando-o como espaço de produção, mas também de relações socioculturais, e com a natureza (MOLINA; JESUS, 2004).

Desta forma, o objetivo deste estudo é promover reflexões sobre a aproximação entre a Educação do Campo e a Educação Ambiental, bem como a importância deste vínculo para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, nos Centros Familiares de Formação por Alternância. Para isso realizou-se a revisão integrativa da literatura (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2003) acerca dos aportes teóricos sobre o tema abordado.

2 Relação entre educação e desenvolvimento sustentável

O conceito de “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972. Essa nova visão política de desenvolvimento resgata o termo *ecodesenvolvimento*, de Maurice Strong, e o difunde amplamente a partir de 1974 (MONTIBELLER-FILHO, 2008). Para Sachs (1997) o ecodesenvolvimento integra diversos aspectos, além dos ambientais, o desenvolvimento para ser sustentável deve ser socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto.



O termo foi mais difundido a partir de 1987, com o Relatório de Brundtland, que reconhece o ambiente como um fator limitante do crescimento e dá-se, a partir disso, um caráter “verde” para as propostas de desenvolvimento. Com o advento da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92, o conceito passa a ser reconhecido no cenário político, através da Agenda 21. Porém, em 2002, a Organização das Nações Unidas organizou a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, onde foi constatado que os interesses individuais de alguns países, ou bloco de países, ainda são sobrepostos aos direitos humanos e preservação do ambiente (PATRÍCIO; GOMES, 2012).

Ao se tratar do desenvolvimento sustentável, deve-se considerar a discussão sobre produção e consumo, na qual a lógica mundial está baseada atualmente, tendo como resultado o esgotamento dos recursos naturais e sua contaminação, além da criação de abismos sociais entre as nações. Assim, mudanças na produção e consumo podem levar a mudanças das estruturas socioeconômicas e político-institucionais. Portanto, o novo padrão ambiental deve valorizar a cultura local, a diversidade e a descentralização do espaço (BECKER, 1996; PATRÍCIO; GOMES, 2012).

Destaca-se o âmbito local como espaço privilegiado para atingir o desenvolvimento rural sustentável, pois as ações que levarão a este formato de desenvolvimento são realizadas na comunidade local, em resposta aos seus problemas e soluções, dos sistemas de produção, consumo, ocupação do espaço e aproveitamento das suas potencialidades naturais (PATRÍCIO; GOMES, 2012). Sachs (1997) reforça a importância do empoderamento das comunidades locais e da valorização de suas iniciativas para o seu desenvolvimento.

Ainda conforme Sachs (1993), ao se planejar o desenvolvimento de uma sociedade ou comunidade rumo à sustentabilidade deve se planejar ações a médio e longo prazo, além de considerar as dimensões ecológica, espacial, social, cultural e econômica do desenvolvimento de forma integrada. Assim, o desenvolvimento rural sustentável deve ser pautado em um planejamento participativo das comunidades, orientado pelo respeito ao potencial produtivo do sistema ecológico local, ao uso e ocupação da terra, à produção de bens que atenda as necessidades básicas sociais e aos valores culturais da comunidade (PATRÍCIO; GOMES, 2012).

Além do planejamento, a educação pode ser considerada como uma estratégia para a formação de valores, habilidades e capacidades que irão orientar a transição para a sustentabilidade (LEFF, 2004). Para Mafra (2002), a educação está no interior das ações de resistência e transformação, e Pistrak (2000) destaca que proporcionar aos indivíduos um



modelo de educação social oferece a eles princípios que os possibilita a avaliar moralmente sua própria pessoa, como membro da sociedade e a determinação do seu local nela.

A Educação Ambiental e a Educação do Campo, surgem de contextos e períodos históricos diferentes, porém, ambas propõem um modelo pedagógico diferenciado, reconhecem a necessidade de orientar a educação de forma contextualizada socialmente e vinculada a realidade ecológica, sociocultural e política. Os indivíduos reconhecem-se como participantes ativos de seu processo educativo, promovendo a formação de consciência, saberes e responsabilidades determinadas a partir da realidade local onde estão inseridos, considerando seus problemas sociais e ambientais e buscando suas soluções (LEFF, 2004).

3 Aproximações entre a Educação Ambiental e a Educação do Campo

Conforme Giroux (2003), a educação ambiental transformadora articulada com a mudança social, torna a pedagogia uma prática política. A cooperação entre educadores e demais atores engajados nas lutas sociais e ambientais de determinado local, pode ser potencial para desenvolver espaços de aprendizagem crítica, dentro e fora da escola, buscando ainda a união com os movimentos sociais. Desta forma, as mudanças rumo a sustentabilidade não ocorrem de cima para baixo, mas sim com a participação da comunidade, alunos, professores e o ambiente (TRISTÃO, 2007).

A educação ambiental deve ser compreendida como uma rede de contextos, desde a formação escolar até a vivência, atuação profissional dos indivíduos e demais espaços de convivência e de processos formativos. Considerando o âmbito da escola, as questões da Agenda 21 podem ser inseridas nas premissas que norteiam o desenvolvimento, o envolvimento e o engajamento coletivo da comunidade escolar. O objetivo é a elaboração de propostas e ações socioeducativas que incentivem a construção de conhecimento crítico, contextualizado e interdisciplinar, para que os sujeitos possam se inserir politicamente no mundo, de forma consciente, responsável e solidária (JACOBI; TRISTÃO; FRANCO, 2009).

As práticas educativas que são orientadas desta forma partem de um movimento pedagógico que considera os espaços cotidianos e suas demandas (FRANCO, 2006), a educação ambiental reflexiva. Neste sentido, buscam um modelo de educação que assuma sua complexidade, globalidade, criticidade e destino comum da humanidade, respeitando as identidades culturais e a diversidade local (JACOBI; TRISTÃO; FRANCO, 2009).

Para que os princípios básicos da Educação Ambiental sejam atingidos, é preciso que se desenvolvam novos hábitos e habilidades que possibilitem aos grupos a manutenção de uma relação mais igualitária entre os mesmos e na apropriação dos recursos naturais

(BRASIL, 2004). A metodologia participativa e dialógica proposta pela educação ambiental pode desencadear um movimento que fortalece o papel político da escola, ao envolver a comunidade (JACOBI; TRISTÃO; FRANCO, 2009).

Da mesma forma, a Educação do Campo é uma proposta que visa dar conta destes desafios, um dos seus principais preceitos é que as práticas escolares sejam desenvolvidas a partir das realidades locais (CALDART, 2011) e Pedron (2011) descreve a importância das práticas educacionais do campo se basearem em princípios de respeito ao ambiente e participação coletiva. As práticas pedagógicas das escolas do campo devem relacionar a teoria e a prática, além de combinar a metodologia entre o processo de ensino e a capacitação, considerando sempre a realidade local como base para a produção do conhecimento.

A Educação do Campo tenta estabelecer a relação entre trabalho e ciência, vida escolar e vida social, através da relação entre homem-sociedade-natureza. O vínculo com o trabalho no campo é o elemento que promove a relação da escola com a realidade (PISTRAK, 2003; CALDART, 2011). Este movimento deixa clara a importância do educador ser capaz de construir práticas educativas que possibilitem o enfrentamento e superação das contradições sociais e econômicas que os atores do meio rural enfrentam (MOLINA; FREITAS, 2011).

Neste sentido, a Educação do Campo, além de construir conhecimento e contribuir para o desenvolvimento pessoal, proporciona a aprendizagem e formação do pensamento crítico, contribuindo para a resignificação do espaço rural. A escola é parte importante das estratégias para o desenvolvimento rural, desde que possua um projeto educativo contextualizado, que trabalhe questões relevantes para intervenção social nesta realidade (CALDART, 2011; FERNANDES, 1999). Não somente a escola, mas todas as iniciativas educacionais do campo refletem sua amplitude e demonstram como os projetos de educação podem contribuir ainda com o fortalecimento do território (CHAVES e FOSCHIERA, 2014).

A síntese das aproximações entre a Educação do Campo e a Educação Ambiental são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Aproximações entre a Educação Ambiental e a Educação do Campo.

	<i>Educação Ambiental</i>	<i>Educação do Campo</i>
<i>Objetivos</i>	Elaboração de propostas e ações socioeducativas que incentivem a construção de conhecimento crítico, contextualizado e interdisciplinar, para que os	Promover práticas escolares desenvolvidas a partir das realidades locais. Construir práticas educacionais do campo que se baseiam em princípios de

	sujeitos possam se inserir politicamente no mundo, de forma consciente, responsável e solidária.	respeito ao ambiente e participação coletiva, considerando a realidade local como base para a produção do conhecimento.
<i>Como pretende cumprir os objetivos</i>	<p>A partir do desenvolvimento de novos hábitos e habilidades que possibilitem aos grupos de atores a manutenção de uma relação mais igualitária entre os mesmos e a apropriação dos recursos naturais.</p> <p>A partir da metodologia participativa e dialógica, que busca desencadear um movimento que fortalece o papel político da escola, ao envolver a comunidade.</p>	<p>A partir do estabelecimento da relação entre trabalho e ciência, vida escolar e vida social, através do vínculo entre homem-sociedade-natureza.</p> <p>A aproximação com o trabalho no campo é o elemento que promove a relação da escola com a realidade e o ambiente.</p>
<i>Quem realiza as ações para cumprir os objetivos</i>	Propõe a participação da comunidade, alunos, professores e o ambiente, contando com o engajamento coletivo da comunidade escolar.	Visa que o projeto educativo seja contextualizado e construído com a participação da comunidade para a qual se destina e que trabalhe questões relevantes para intervenção social nesta.
<i>Qual a finalidade</i>	<p>Promover um movimento pedagógico que considera os espaços cotidianos e suas demandas de forma reflexiva.</p> <p>Praticar um modelo de educação que assuma sua complexidade, globalidade, criticidade e destino comum da humanidade, respeitando as identidades culturais e a diversidade local.</p>	Além de construir conhecimento e contribuir para o desenvolvimento pessoal, visa à aprendizagem e formação do pensamento crítico, contribuindo para a resignificação do espaço rural.

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Associando-se às experiências históricas de educação rural que surgiram na França, em 1935, as escolas do Movimento da Educação do Campo, no Brasil, utilizam o método da Pedagogia da Alternância. Esse método articula o Tempo-Escola com o Tempo-Comunidade, em que os educandos permanecem um período de tempo na escola e em outro retornam às suas propriedades familiares ou comunidades para colocar em prática os conhecimentos adquiridos (RIBEIRO, 2008).

A Pedagogia da Alternância vem sendo utilizada na educação de jovens e adultos do campo, este método tem o objetivo de atender as necessidades pedagógicas e metodológicas de articulação entre escola e trabalho, para que os indivíduos do campo tenham acesso a educação de qualidade, sem que precisem deixar de trabalhar ou migrar para o espaço urbano. Assume-se o trabalho como princípio educativo, e o conhecimento passa a ser construído e conquistado a partir da problematização da realidade dos educandos (CORDEIRO, REIS, HAGE, 2011).

4 Os Centros Familiares de Formação por Alternância

Os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) abrangem as Escolas Família Agrícola, as Casas Família Rurais (CFRs) e as Escolas Comunitárias Rurais (ECORs), sendo os dois grupos mais representativos da Pedagogia da Alternância as EFAs e as CFRs. Conforme Queiroz (2007), as três primeiras instituições de ensino criadas no Brasil nos moldes da Pedagogia da Alternância tiveram a denominação de Escolas Família Agrícola, no estado do Espírito Santo, no final da década de 1960. Já no Nordeste do país, as iniciativas foram caracterizadas como Casas Família Rural, posteriormente (RIBEIRO, 2008).

Atualmente as EFAs estão organizadas através da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), cada escola é gerenciada democraticamente pela comunidade escolar e, além disso, as EFAs estão vinculadas à cultura desenvolvida pelas relações sociais, do trabalho na terra, promovendo o homem do campo como ator social e histórico, contribuindo para o desenvolvimento solidário e sustentável (RIBEIRO, 2008).

Já a Associação Regional de Casas Familiares Rurais da Região Sul (ARCAFAR Sul) relata que a primeira CFR foi implementada em 1968, em Pernambuco. Para o caso das CFRs houve o intercâmbio de experiências internacionais, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a União Nacional das *Maisons Familiales Rurais* (UNMFR), representada por um assessor pedagógico francês. A segunda CFR do Brasil foi instalada em Alagoas, em 1981 (CHAVES; FOSCHIERA, 2014).

Em 1966, foi criada na Itália, a Associação dos Amigos do Estado Brasileiro do Espírito Santo (AES), cujo objetivo era promover o intercâmbio cultural e de experiências para o desenvolvimento. Com o apoio desta associação, em 1968, é fundado o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) e, em 1969, três experiências de formação por alternância, denominadas Escolas Família Agrícola (CHAVES; FOSCHIERA, 2014).

Os sistemas pedagógicos e metodológicos adotados por essas duas modalidades de formação em alternância apresentam semelhanças e diferenças. As CFRs surgiram na França,



em 1935, e trabalham com a Pedagogia da Alternância. Assim como as CFRs, as EFAs trabalham com a mesma metodologia, porém a partir da adaptação italiana da referência francesa.

Dentre as semelhanças e diferenças, destaca-se que as CFRs procuram desenvolver e direcionar a formação dos alunos para o trabalho agrícola, priorizando a proposta inicial que era a de preparar os filhos dos trabalhadores rurais para se manterem no campo e, além disso, proporcionar a formação escolar destes. Já as EFAs surgem em outro contexto e realidade, sua prática educativa é voltada para a formação escolar, sem deixar de praticar o trabalho agrícola, mas com menor ênfase (FRANK, 2007; NASCIMENTO, 2005).

Queiroz (1997) também realizou apontamentos sobre essas semelhanças e diferenças. Conforme o autor, além da origem e da ênfase nas temáticas, existem outras diferenças. As CFRs trabalham em parcerias com o poder público e órgão da comunidade enquanto as EFAs possuem forte ligação com a igreja católica, sindicatos e movimentos sociais. As EFAs acentuam a formação intelectual, mas mantêm a formação técnica, dos jovens no período de alternância que consiste em passar 15 dias na escola e 15 dias na propriedade. De forma diferenciada, nas CFRs o período de alternância ocorre em duas semanas na propriedade e uma semana na escola, com ênfase na formação técnica do jovem agricultor.

5 Considerações finais

A Educação Ambiental e a Educação do Campo possuem vários princípios em comum; ambas corroboram uma com a outra, de forma mútua. As duas apresentam marcos legais que avançam para a promoção do desenvolvimento sustentável, de uma cidadania responsável, bem como para a construção de um modelo de sociedade sadia e socialmente justa.

Além disso, tanto a Educação Ambiental quanto a Educação do Campo visam a emancipação dos sujeitos, em seus espaços cotidianos, através da consolidação de padrões de sociedade que sejam compatíveis com o respeito ambiental, pensada e realizada de forma justa socialmente. Assim, as práticas educativas emancipatórias são as que fornecem condições para a ação transformadora dos indivíduos e dos grupos sociais, pelo processo educativo contextualizado com o cotidiano.

De acordo com Ramos (2002), a pedagogia das competências possibilita à superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade capitalista globalizada. No que se refere à Educação do Campo, vinculada a Educação Ambiental, a



Pedagogia da Alternância é proposta para dar conta da emancipação dos atores do espaço rural e realizar o vínculo entre ciência, trabalho no campo, ambiente e vida social.

Tanto a Educação Ambiental quanto a Educação do Campo propõem uma pedagogia que visa promover a educação contextualizada localmente, onde se situam os sujeitos e atores do processo educativo. Consideram a realidade ecológica, sociocultural e política local, levando à formação de consciências, saberes e responsabilidades que vão sendo construídos a partir da experiência com o meio físico e social, o que permite buscar soluções aos problemas sociais e ambientais locais (LEFF, 2004).

Para que a relação homem-sociedade-natureza se torne sustentável e contra-hegemônica, a Educação do Campo e a Educação Ambiental, de acordo com o cenário do desenvolvimento, devem considerar as dimensões sociocultural, econômica, ambiental e política. Ambas preveem o uso adequado dos recursos naturais e sua proteção, o que condiz com os princípios do desenvolvimento sustentável, que visa garantir o bem-estar das presentes gerações e das futuras.

APPROACHES BETWEEN FIELD EDUCATION AND ENVIRONMENTAL EDUCATION IN ALTERNANCY FAMILY TRAINING CENTERS

Abstract: The current society-nature relation is characterized by a several inadequacies that, consequently, are translated into environmental impacts and diminished quality of life. When we refer to the rural space, for a development sustainable model, it is necessary an "evolution" of the agricultural production model, in a direction that combines elements of several alternative proposals and an "improvement" of conventional practices. Field Education, together with Environmental Education, has been a possible strategy to transform the Brazilian rural space, in the sense of sustainability, rescuing it as a production space, but also of socio-cultural relations with nature. In this way, the objective of this study is to promote reflections about the approximation between Field Education and Environmental Education, as well as the importance of this link for the promotion of sustainable rural development. Thus, a integrative review of the literature has been carried out. Both, Environmental Education and Field Education, propose a pedagogy that aims to promote locally contextualized education, where the subjects and actors of the educational process are located, which allows to find solutions to local social and environmental problems, promoting transformations to sustainability direction.

Keywords: Rural Development. Rural Education. Environmental Education.

Referências

- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideia e ideais na perspectivas de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p.23-55.
- ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto, v.10, nº 1, jan./mar. 2006.
- BECKER, D. F. Competitividade: um novo padrão ambiental de desenvolvimento regional. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 1, p. 107-112, 1996.
- BRASIL. **Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis: Sistematização das propostas e debates dos Seminários Regionais**. Brasília, 2008.
- CALDART, R. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: **Por uma educação do campo**. Miguel Gonzalez Arroyo, Roseli Salete Caldart, Monica Castagna Molina (organizadores). 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CHAVES, K. M. S., FOSCHIERA, A. A. Práticas de Educação do Campo no Brasil: Escola Família Agrícola, Casa Familiar Rural e Escola Itinerante. **Revista Pegada**, v. 15. n. 2, p. 76-94, dez. 2014.
- CORDEIRO, G. N. K.; REIS, N. S.; HAGE, S. M. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.
- FERNANDES, B. M. Por uma educação básica do campo. In: ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma educação Básica do campo, 1999.
- FRANCO, M. I. Agenda 21 na educação: construindo ferramentas pedagógicas para trilhar o caminho da sustentabilidade. In: **Agenda 21:—Educação ambiental em áreas de proteção aos mananciais**. São Paulo/Embu: Fundo Estadual de Recursos Hídricos, 2006. p. 8-18.
- FRANCK, C. **Entre a enxada e o lápis: a prática educativa da Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão/PR**. Porto Alegre: 2007. 153 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- GIROUX, H. **Atos impuros: a prática política dos estudos culturais**. Porto Alegre: ARTMED, 2003.



HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

JACOBI, P. R.; TRISTÃO, M.; FRANCO, M. I. G. C. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 77, p. 63-79, jan./abr. 2009.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**. Cortez. 2004.

MAFRA, J. F. **Antropologia de Paulo Freire**: uma resposta epistemológico-humanizadora necessária para o mundo contemporâneo. Fórum Paulo Freire - III Encontro Internacional, Los Angeles, 19 a 21 set. 2002.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto: enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, out./dez. 2008.

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. **Por uma Educação do Campo**. Brasília, 2004.

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. A. Avanços e desafios na construção da educação do campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, nº 85, p. 17-31, abr. 2011.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 3.ed. Florianópolis: UFSC, 2008. 316p.

NASCIMENTO, C. G. **A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura**: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás- EFAGO. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005.

PATRÍCIO, P. C.; GOMER, J. C. C. Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 15, n. 21, p. 100-113, jul./dez. 2012.

PEDRON, S. T. **Educação e MST**: experiências educativas no ITEPA -Assentamento Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguacu/PR. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2011.

PISTRAK. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo, Expressão Popular, 2000.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

QUEIROZ, J. B. **O Processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás**. Dissertação de Mestrado em Educação Escolar Brasileira da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, 2007.



RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação.** São Paulo. Cortez, 2002.

RIBEIRO, M. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.1, p. 27-45, jan./abr. 2008.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. **L'Écodéveloppement: stratégies pour le XXI siècle.** Nouv. ed. Paris: Syros, 1997.

SILVA, O. V. Sistemas produtivos, desenvolvimento econômico e degradação ambiental. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**, São Paulo, nº 6, jan. 2007.

TRISTÃO, M. A educação ambiental e os contextos formativos na transição de paradigmas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 30., 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2007.